

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://journals.openedition.org/confins/5950>

DOI: 10.4000/confins.5950

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2009 by OpenEdition-Cleo. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia

6 | 2009 :
Número 6

Geografia do trabalho no Brasil

Géographie du travail au Brésil

Geography of labor in Brazil

ALEXANDRE GORI MAIA

<https://doi.org/10.4000/confins.5950>

Résumés

Português Français English

Este trabalho propõe-se a analisar a configuração territorial do mercado do trabalho no Brasil a partir da distribuição das estruturas ocupacionais de seus municípios. A idéia principal é que a estrutura ocupacional, uma conjugação entre a forma de inserção no mercado de trabalho (classe ocupacional) e a faixa de rendimento do trabalho principal (estrato econômico), cumpre um importante papel na análise do estágio de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e das extremas desigualdades do território brasileiro. A ocupação do indivíduo no mercado de trabalho define sua classe ocupacional, cuja identificação é dada em função do poder político, prestígio social e possibilidade de geração de renda de sua ocupação. Considerando as extremas diferenças distributivas no Brasil, mesmo entre integrantes de classes ocupacionais relativamente homogêneas, define-se ainda um segundo critério de classificação, o estrato econômico, a partir de faixas de rendimento do trabalho principal. As análises baseiam-se em informações da base de microdados do Censo Demográfico 2000, técnicas estatísticas multivariadas de análise de correspondência e cluster, e na distribuição territorial dos grupos municipais em um mapa coroplético. Embora a classificação obtida não permita quantificar as relações entre os municípios brasileiros, permite identificar uma clara hierarquia de desenvolvimento socioeconômico entre os grupos municipais. De maneira geral, identifica-se que a grande maioria dos municípios brasileiros apresenta um baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico, com predomínio das atividades agrícolas e uma massa expressiva de trabalhadores mal remunerados. Os poucos municípios urbanos desenvolvidos concentram a maior parte da população brasileira e, embora apresentem uma maior participação relativa de ocupados nos estratos econômicos mais elevados, acabam concentrando grande parte de excluídos do país. A área mais contígua de municípios mais desenvolvidos ocorre próxima aos dois principais estados brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, além de importantes bolsões de desenvolvimento próximos à faixa litorânea. Os municípios rurais menos desenvolvidos, por sua vez, predominam nas áreas do semi-áridas do país, na floresta amazônica e na triplíce fronteira com os países do Mercosul.

L'article traite de la configuration territoriale du travail au Brésil par l'analyse des structures d'activité et des rémunérations à l'échelle des *municípios* : la combinaison entre les catégories socio-professionnelles et les classes de salaire informe sur les niveaux de développement socio-économique des *municípios* et sur les inégalités du territoire brésilien. La profession est plus ou moins favorable en termes de revenus, mais elle a aussi des conséquences en termes de prestige social et de pouvoir politique. Compte tenu de l'extrême inégalité des salaires au Brésil, même dans des catégories professionnelles relativement homogènes, l'article prend le montant de

saire de l'activité principale comme second critère de classification. L'analyse statistique élaborée à partir des informations du recensement démographique de 2000 donne matière à une carte qui donne à voir une hiérarchie socio-économique des *municípios* brésiliens. La plupart des *municípios* pauvres présentent des activités agricoles dominantes et comptent beaucoup de travailleurs à bas salaire. Les *municípios* urbains les plus développés concentrent une bonne partie de la population brésilienne et comptent à la fois beaucoup de personnes dans les strates de revenus élevées et beaucoup d'exclus. Les zones contiguës à ces *municípios* se trouvent à proximité des États de São Paulo et de Rio de Janeiro, ainsi que près du littoral. Les *municípios* ruraux les moins développés se trouvent, eux, dans la zone semi-aride, dans la forêt amazonienne et près de la triple frontière avec les pays partenaires du Mercosul

The purpose of this paper is to examine the territorial configuration of the labor market in Brazil, analyzing the distribution of its municipality occupational structures. The main idea is that the occupational structure, a combination between the labor market position (occupational class) and wage class intervals (economic stratum) plays an important role in examining the municipality stage of socio-economic development and the extreme inequalities of the Brazilian territory. The individual's occupation defines his occupational class, which is identified in terms of its political power, social prestige and capability to generate income. Considering the extreme wage inequalities in Brazil, even among members of relatively homogeneous occupational classes, it is also defined a second criterion of classification, the economic stratum, using wage class intervals of the major occupation. The analyses are based on information provided by 2000 Demographic Census, correspondence and cluster multivariate statistical techniques, and on the spatial distribution of municipalities in a coroplectic map. Although the obtained classification does not allow quantifying the relation between Brazilian municipalities, it allows identifying an obvious socio-economic hierarchy among groups of municipalities. Overall, most Brazilian municipalities show low pattern of socio-economic development, prevailing agricultural activities and a huge number of low-paid workers. The few more developed urban municipalities concentrate most of the Brazilian population and, though presenting a higher participation of employees in top economic strata, they share most of excluded persons in Brazil. The more contiguous area of high developed counties occurs close to the two main Brazilian states, São Paulo and Rio de Janeiro, apart from important areas of development close to the coast. The less developed rural municipalities prevail in the semi-arid areas of the country, in the Amazon rain forest and close to the triple border with the Mercosur countries.

Entrées d'index

Index de mots-clés : inégalités régionales, marché du travail, stratification sociale

Index by keywords : labor market, regional inequalities, social stratification

Index géographique : Brésil

Índice de palavras-chaves : disparidades regionais, estratificação social, mercado de trabalho

Texte intégral

- 1 O estágio de desenvolvimento socioeconômico de uma população pode ser verificado sob vários enfoques, sendo freqüente o uso de informações associadas, por exemplo, à renda, consumo, saúde, escolaridade e infra-estrutura dos domicílios familiares (SEADE, 2003). Pouca atenção, entretanto, têm sido dedicada aos indicadores associados à composição da estrutura ocupacional, uma aproximação para o dinamismo do mercado de trabalho, das relações sociais e possibilidades de geração de renda de uma população.
- 2 A ocupação das pessoas é fator fundamental na definição da estrutura de uma sociedade, sem, obviamente, deixar de considerar as diferentes posições sociais que podem surgir desta definição. Como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à inserção dos indivíduos no mercado de produtos e, como normalmente acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o *status* social. Implicam também determinados graus de poder sobre os outros, seja diretamente sobre os subordinados de uma empresa, ou indiretamente em outras áreas da vida social (Mills, 1979).
- 3 Configurar a população brasileira a partir da distribuição de sua estrutura ocupacional traria novos e importantes elementos para compreender seu extremo quadro de exclusão e desigualdade, além de fornecer uma nova e relevante dimensão para a análise das relações entre espaço e desenvolvimento socioeconômico. Assim como os condicionantes históricos, culturais e ambientais influenciam o grau de desenvolvimento socioeconômico de uma região, os diferentes estágios de

desenvolvimento regional determinam distintas estruturas ocupacionais, exercendo papel fundamental na distribuição geográfica da população e, portanto, na configuração espacial da sociedade.

- 4 Aliando o emprego de técnicas de análise espacial e estatística multivariada, deseja-se identificar *clusters* de desenvolvimento socioeconômico da estrutura ocupacional, ou seja, padrões espaciais de desenvolvimento ou atraso relativo do mercado de trabalho, mostrando que as regiões geográficas também cumprem papel importante na configuração sócio-econômica dos municípios. O primeiro passo é, entretanto, definir uma metodologia condizente de estratificação das posições no mercado de trabalho.
- 5 Para cumprir com os objetivos propostos¹, os resultados deste trabalho serão apresentados em três blocos principais, além desta parte introdutória e das considerações finais: i) descrição da metodologia de estratificação ocupacional; ii) identificação dos grupos de municípios relativamente homogêneos de desenvolvimento da estrutura ocupacional; iii) distribuição territorial desta configuração. As análises estatísticas foram realizadas no pacote SAS, a elaboração dos mapas coropléticos no programa Philcarto e a editoração das imagens no programa Inkscape.
- 6 Os resultados são semelhantes aos apresentados por Gori Maia (2008), com a diferença de que estes se baseiam na composição do mercado de trabalho e não da sociedade como um todo, ou seja, as estruturas deste trabalho referem-se à distribuição dos ocupados e não dos integrantes familiares como um todo.

Estrutura ocupacional

- 7 A distribuição dos municípios brasileiros segundo a composição de suas estruturas ocupacionais foi obtida a partir das informações da base de microdados da amostra do Censo Demográfico 2000. Nessas estruturas, consideraram-se apenas os indivíduos ocupados, ou seja, aqueles que exerceram algum trabalho remunerado na semana de referência (inclusive afastados), ou não remunerado, seja em atividade de autoconsumo ou em ajuda a membro do domicílio, aprendiz ou estagiário, ambas desenvolvidas durante pelo menos uma hora por semana.
- 8 A classificação dos ocupados segundo grupos ocupacionais baseou-se na metodologia de estratificação proposta por Quadros (2003). Essa metodologia pressupõe que grupos ocupacionais relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da combinação entre a posição ocupacional (**classes ocupacionais**) e o rendimento do trabalho principal (**estratos econômicos**). A posição ocupacional do indivíduo define sua classe ocupacional, cuja identificação é dada em função do poder político, prestígio social e possibilidade de geração de renda de sua ocupação. Esta estrutura de classes é representada por 12 grupos principais, como descreve a Tabela 1.

Tabela 1 – Classes ocupacionais

Sigla	Classe Ocupacional	Descrição
A-1	Empregadores ≥ 10	Empreendedores, do setor agrícola ou não agrícola, que empregam 10 ou mais ocupados
A-2	Empregadores < 10	Empreendedores, do setor agrícola ou não agrícola, que empregam menos de 10 ocupados
C	Profissionais autônomos	Ocupações típicas de classe média, onde predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços, exercidas de forma independente pelo ocupado (vendedores e demonstradores, supervisores, representantes comerciais, entre outros);
D	Profissionais assalariados	Profissões típicas de classe média, onde predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços, exercidas de forma assalariada pelo ocupado (auxiliares administrativos, recepcionistas, professores, entre outros)
F	Trabalhadores	Ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado

	autônomos	popular, que são exercidas de forma independente pelo ocupado (vendedores ambulantes, trabalhadores da construção civil, prestadores de serviços na área de higiene e estética corporal, entre outros)
G	Trabalhadores assalariados	Ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma assalariada pelo ocupado (zeladores e ascensoristas, ajudantes de obras, guardas e vigias, entre outros)
I	Trabalhadores domésticos	Ocupações associadas ao trabalho no serviço doméstico remunerado
J-1	Trabalhadores não remunerados não agrícolas	Ocupações não remuneradas não agrícolas exercidas durante pelo menos uma hora por semana em ajuda a membro do domicílio, aprendiz ou estagiário
H-1	Proprietários agrícolas conta-própria	Ocupações associadas à pequena produção no ramo da agricultura ou pecuária familiar realizada sem o emprego de mão-de-obra assalariada
H-2	Trabalhadores agrícolas autônomos	Profissões agrícolas exercidas de forma autônoma (pescadores, caçadores, extrativistas, entre outros)
H-3	Assalariados agrícolas	Profissões agrícolas exercidas de forma assalariada permanente ou temporária (bóia-fria)
J-2	Trabalhadores não remunerados agrícolas	Ocupações não remuneradas agrícolas exercidas durante pelo menos uma hora por semana, seja em atividade de autoconsumo ou em ajuda à produção familiar

9 Conforme a especificidade analítica, as classes ocupacionais podem ainda ser agregadas em seis grupos ocupacionais principais: i) Empregadores (A-1 e A-2); ii) Profissionais (C e D); iii) Massa trabalhadora não agrícola (F, G e I); iv) Trabalhadores não remunerados não agrícolas (J-1); v) massa trabalhadora agrícola (H-1, H-2 e H-3); vi) trabalhadores não remunerados agrícolas (J-2).

10 Embora as classes ocupacionais sejam um importante indicador da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e na sociedade, não podem ser desconsideradas significativas distinções no nível de renda que podem surgir dentro de cada um destes agrupamentos. Esta desigualdade é ainda mais acentuada pelo fato de se tratar de uma sociedade notadamente heterogênea como a brasileira, na qual, mesmo em grupos sociais com oportunidades relativamente homogêneas, é comum encontrar significativas distorções distributivas.

11 A classificação interna das classes ocupacionais segundo faixas de renda cumpriria, dessa forma, um importante papel de distinção do nível econômico de posições ocupacionais relativamente homogêneas. Assim, a partir de múltiplos de 265 reais², a população foi desagregada em 5 estratos econômicos definidos pelo rendimento do trabalho principal, como descreve a Tabela 2.

Tabela 2 – Estratos econômicos

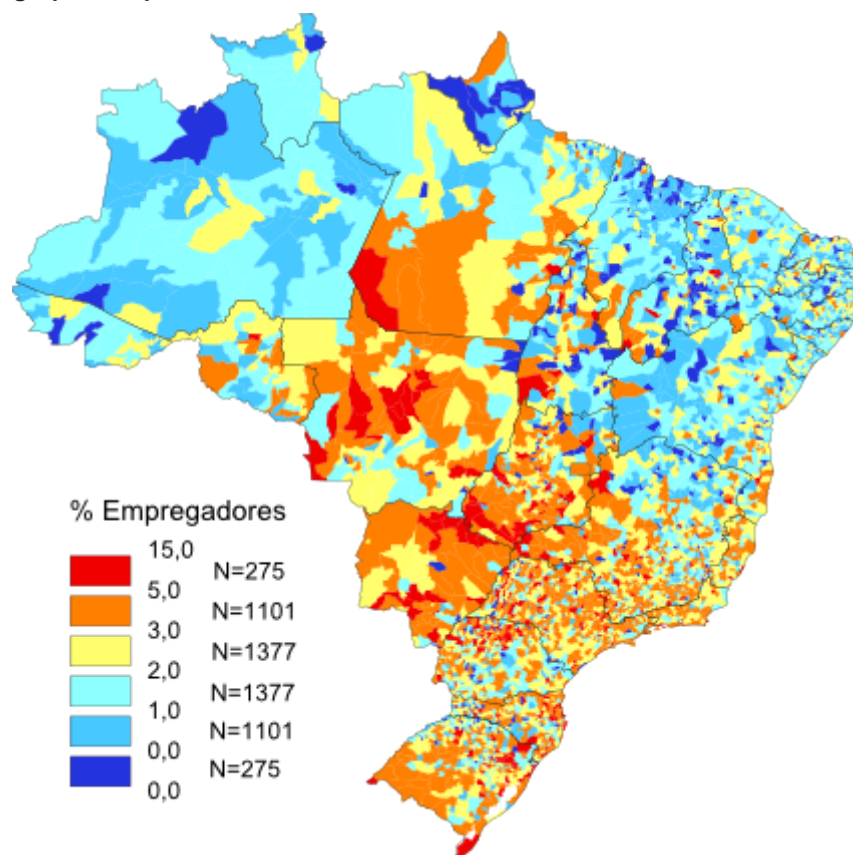
Estrato Econômico	Renda do trabalho
Superior	Acima de R\$ 2.650
Médio	Entre R\$ 1.325 e R\$ 2.650
Baixo	Entre R\$ 530 e R\$ 1.325
Inferior	Entre R\$ 265 e R\$ 530
Ínfimo	Abaixo de R\$ 265

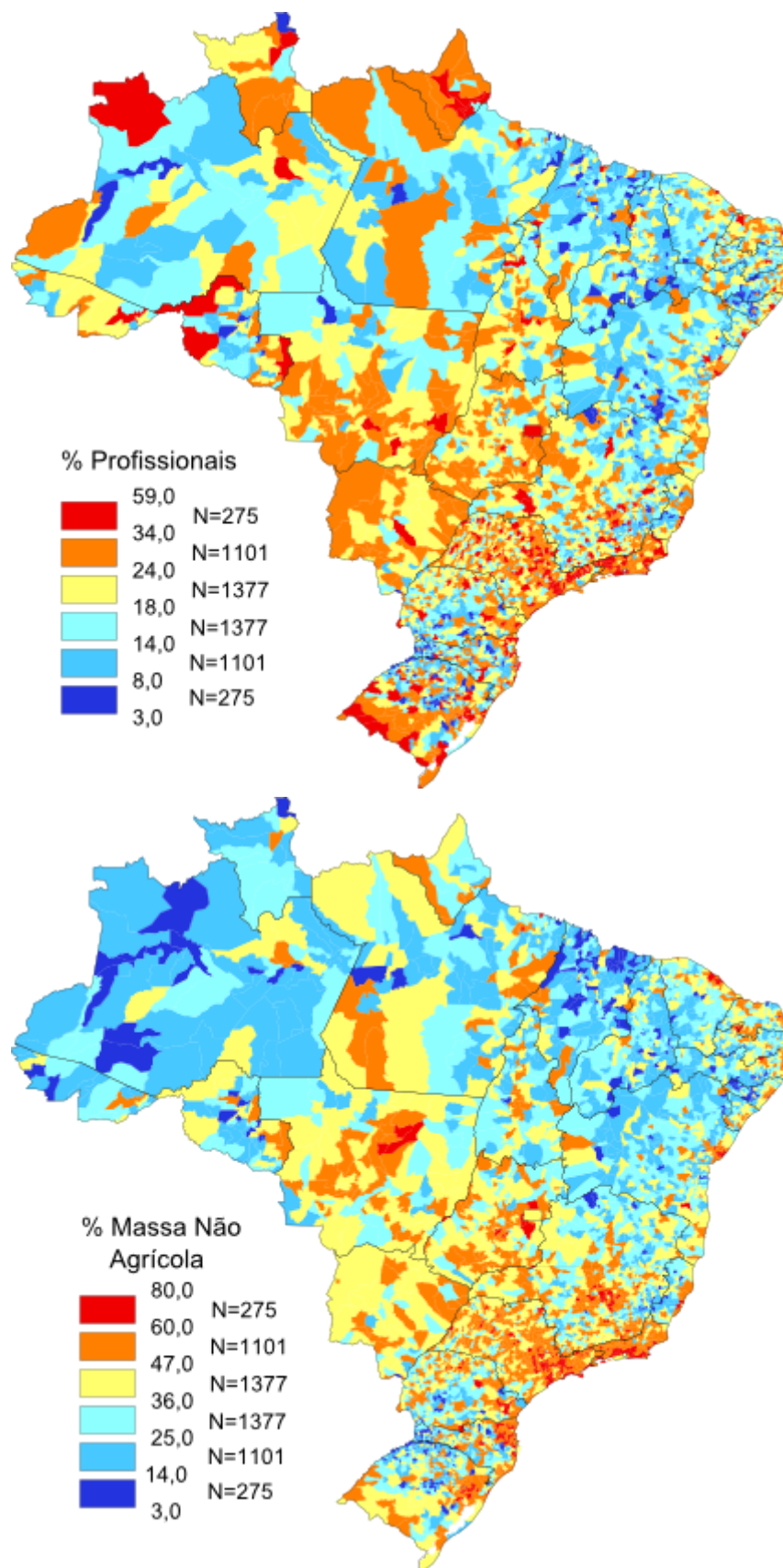
12 Para simplificar as análises, os estratos econômicos podem ainda ser agregados em dois grupos econômicos principais: i) *classificados*: integrantes dos estratos superior, médio e baixo; ii) *subclassificados*: integrantes dos estratos inferior e ínfimo.

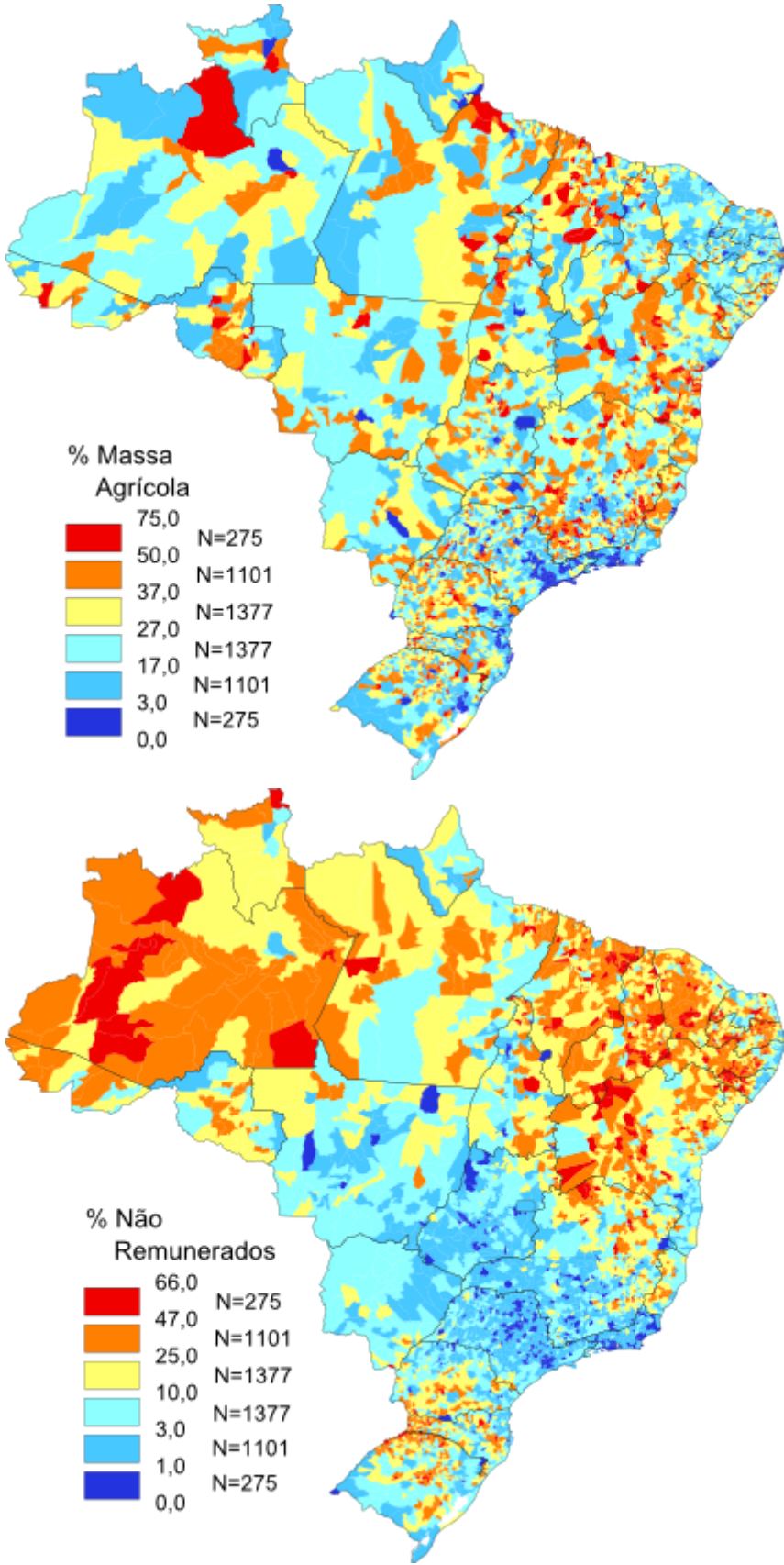
Grupos de desenvolvimento socioeconômico

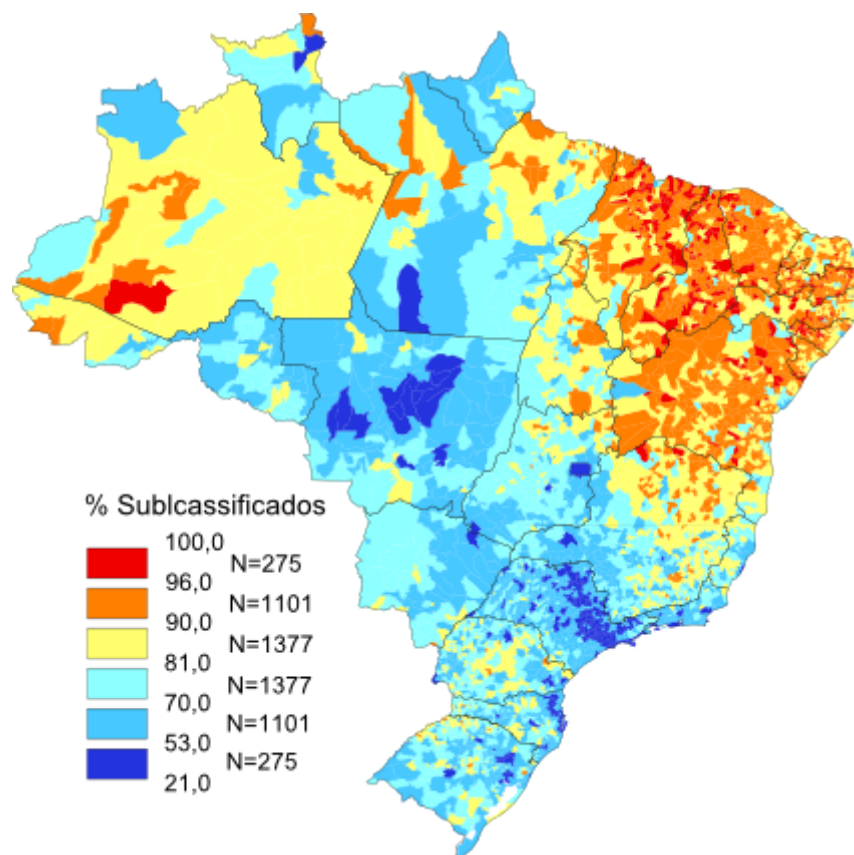
- 13 Os 5.507 municípios presentes na base de microdados do Censo Demográfico 2000 foram relacionados às 12 classes ocupacionais (A-1, A-2, C, D, F, G, I, J-1, H-1, H-2, H-3, J-2) e aos 5 estratos econômicos (Superior, Médio, Baixo, Inferior e Ínfimo) para formar as estruturas sociais municipais. A Figura 1 ilustra a distribuição dos municípios segundo grupos quantílicos de participação nos principais grupos ocupacionais e econômicos, permitindo uma primeira aproximação para os padrões de associação espacial. Enquanto as menores participações de subclassificados estariam associadas às maiores participações de empregadores, profissionais e da massa trabalhadora não agrícola, as maiores participações de subclassificados estariam associadas às maiores participações da massa agrícola e, sobretudo, de trabalhadores não remunerados.

Figura 1-6 – Distribuição territorial dos municípios brasileiros segundo participação nos grupos ocupacionais e econômicos









Elaborado com Philcarto (<http://philgeo.club.fr>). Edição de imagem no InkScape. Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

- 14 Para resumir essa complexa estrutura de relacionamentos em alguns grupos municipais relativamente homogêneos, definiu-se uma tipologia municipal de desenvolvimento socioeconômico a partir do emprego conjunto das técnicas estatísticas multivariadas de análise de correspondência e análise de cluster. Enquanto a análise de correspondência possibilitou a redução da estrutura de relacionamentos entre as variáveis de interesse, a análise de cluster permitiu a agregação de características relativamente homogêneas para constituição dos grupos municipais de desenvolvimento socioeconômico.
- 15 A tabela de *Burt*, contendo as frequências observadas para os múltiplos relacionamentos entre municípios, classes ocupacionais e estratos econômicos, foi utilizada pela análise de correspondência para reduzir a dimensionalidade dos dados e viabilizar a identificação de grupos de municípios relativamente homogêneos. As duas principais dimensões resultantes dessa técnica foram utilizadas pela análise de cluster para classificar as categorias de municípios, classes ocupacionais e estratos econômicos segundo o princípio da mínima variabilidade dentro dos grupos formados³.
- 16 Como resultado dessas análises, identificaram-se cinco grupos municipais com distribuições relativamente homogêneas da estrutura ocupacional. Embora a classificação obtida não permita quantificar as relações entre os municípios brasileiros, permite identificar uma clara hierarquia de desenvolvimento socioeconômico entre os grupos municipais. Do primeiro ao último grupo, a tendência é a redução do desenvolvimento socioeconômico, com uma progressiva participação das classes agrícolas e dos ocupados subclassificados economicamente.
- 17 A estrutura ocupacional agregada dos grupos municipais de desenvolvimento socioeconômico é apresentada na Tabela 3. Uma síntese dos grupos identificados é descrita a seguir:
- 18 **Grupo 1 - Municípios** urbanos desenvolvidos: pertencem a este grupo os municípios com o maior grau de desenvolvimento da estrutura ocupacional. Possuem 96% da população ocupada nas classes ocupacionais tipicamente urbanas, com destaque para a participação de profissionais (42%). De maneira geral, apresentam um padrão de vida típico de classe média, com 53% da população nos estratos superior, médio e baixo.

- 19 **Grupo 2 - Municípios urbanos agrícolas:** municípios que, embora apresentem uma significativa participação da população ocupada nas classes agrícolas (18%), superior à média nacional (17%), estão em processo relativamente avançado de urbanização, com 24% de profissionais e 54% de massa trabalhadora não agrícola. Além da maior participação nas classes agrícolas, distinguem-se ainda dos municípios urbanos mais desenvolvidos pela elevada participação de subclassificados econômicos, 67% da população ocupada nos estratos inferior e ínfimo.
- 20 **Grupo 3 - Municípios rurais urbanizados:** municípios que possuem praticamente 30% da população nas classes agrícolas e distinguem-se dos municípios do grupo 2, sobretudo, pela menor participação da massa de trabalhadores não agrícolas assalariados (9 pontos percentuais inferior). Reflete, dessa maneira, uma menor participação dos setores mais organizados da econômica não agrícola. Nesse grupo, a participação dos estratos inferior e ínfimo representa mais de $\frac{3}{4}$ da população ocupada.
- 21 **Grupo 4 - Municípios rurais assalariados:** possuem 45% da população ocupada nas classes agrícolas e 85% de subclassificados, sendo 65% miseráveis do estrato ínfimo. Entre os grupos municipais, é aquele com a maior participação de trabalhadores agrícolas assalariados e autônomos (15%), sugerindo uma estrutura agrícola mais concentrada e voltada à contratação de mão-de-obra.
- 22 **Grupo 5 - Municípios rurais autoconsumo:** no estágio mais baixo de desenvolvimento socioeconômico estão esses municípios rurais onde predominam as atividades agrícolas não remuneradas (33%), sobretudo autoconsumo (17%), além de proprietários conta-própria (18%). Apresentam ainda 90% de subclassificados economicamente, sendo 75% miseráveis do estrato ínfimo.

Tabela 3 – Distribuição da população ocupada segundo grupo municipal de desenvolvimento socioeconômico⁴ – Brasil 2000

Classe Ocupacional	Estrato Econômico	Grupo Socioeconômico										Total	
		1		2		3		4		5			
		Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%
Empregadores	Classificados	1.295	3,4	133	1,9	196	2,2	59	1,2	51	0,7	1.735	2,6
	Subclassificados	70	0,2	16	0,2	33	0,4	20	0,4	23	0,3	163	0,2
	Total	1.366	3,6	149	2,1	229	2,6	79	1,6	74	1,0	1.898	2,9
Profissionais	Classificados	10.764	28,7	884	12,6	905	10,2	298	6,0	280	3,8	13.130	20,0
	Subclassificados	4.865	13,0	827	11,8	1.178	13,3	577	11,7	669	9,2	8.115	12,4
	Total	15.629	41,6	1.710	24,4	2.083	23,6	875	17,7	948	13,0	21.245	32,4
Massa Não Agrícola	Classificados	7.170	19,1	1.099	15,7	707	8,0	218	4,4	186	2,6	9.381	14,3
	Subclassificados	11.365	30,3	2.669	38,0	3.106	35,1	1.412	28,5	1.447	19,9	20.000	30,5
	Total	18.535	49,4	3.768	53,7	3.814	43,1	1.631	33,0	1.634	22,5	29.380	44,8
Não Remunerados Não Agrícolas		483	1,3	79	1,1	132	1,5	81	1,6	112	1,5	888	1,4
Massa Agrícola	Classificados	239	0,6	193	2,8	277	3,1	144	2,9	196	2,7	1.049	1,6
	Subclassificados	669	1,8	945	13,5	1.660	18,8	1.306	26,4	1.809	24,9	6.388	9,7
	Total	908	2,4	1.138	16,2	1.937	21,9	1.449	29,3	2.005	27,6	7.437	11,3
Não Remunerados Agrícolas		218	0,6	102	1,4	540	6,1	760	15,4	2.403	33,1	4.023	6,1
Total	Superior	3.493	9,3	188	2,7	255	2,9	79	1,6	73	1,0	4.088	6,2
	Médio	4.555	12,1	393	5,6	415	4,7	139	2,8	134	1,8	5.637	8,6
	Baixo	11.668	31,1	1.755	25,0	1.444	16,3	513	10,4	518	7,1	15.897	24,2
	Inferior	11.100	29,6	2.628	37,4	2.513	28,4	1.017	20,6	1.070	14,7	18.328	27,9
	Ínfimo	6.737	17,9	2.057	29,3	4.214	47,7	3.200	64,7	5.472	75,3	21.680	33,0
	Total	37.554	100	7.022	100	8.840	100	4.948	100	7.267	100	65.630	100

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

- 23 Enquanto os municípios do grupo 1 estariam inseridos na terceira onda de desenvolvimento econômico, com predomínio das atividades relacionadas à prestação de serviços e de maior prestígio social, os municípios do grupo 2 estariam na fase de industrialização, com predomínio de atividades não agrícolas de menor prestígio social, e os dos demais grupos (3, 4 e 5) estariam associados, sobretudo, ao desenvolvimento do setor primário.
- 24 É importante destacar que essa tipologia municipal se refere às participações relativas na estrutura ocupacional, associadas, por sua vez, ao grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, e não às concentrações absolutas da população. Não significa, por exemplo, que o maior contingente populacional de subclassificados esteja nos grupos 3, 4 e 5, mas sim que a estrutura ocupacional pouco diversificada desses municípios não possibilita muitas alternativas econômicas à parcela expressiva de suas populações⁵. Da mesma forma, é possível que municípios com predomínio de

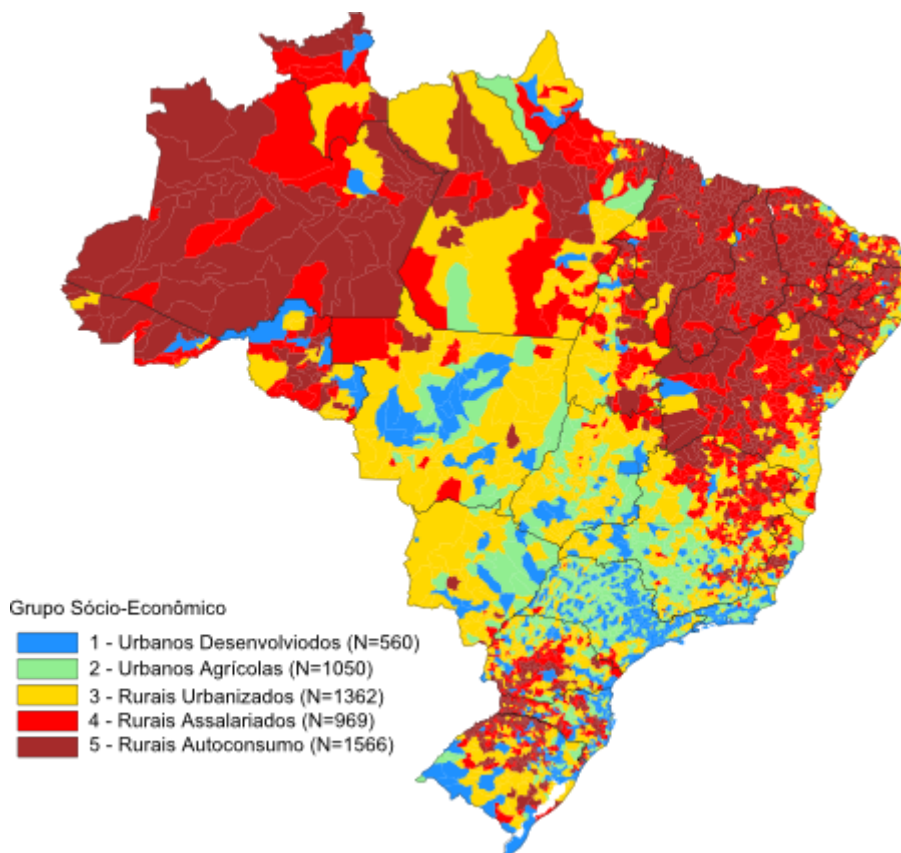
atividades tipicamente agrícolas apresentem alguns bons indicadores de qualidade de vida, embora não seja esse o padrão vigente na maioria dessas populações, onde prevalecem ocupados marginalizados do estrato ínfimo e baixos padrões sociais.

- 25 Outra importante consideração é a complementaridade dos critérios de classificação ocupacional e econômica. Da mesma forma que a distribuição das classes ocupacionais de um município determina, em grande medida, a distribuição dos estratos econômicos, ela está também associada à parcela de classificados e subclassificados dentro de uma mesma classe ocupacional. Tal fato sugere que o estágio de desenvolvimento socioeconômico de um município é responsável não só pela composição da estrutura ocupacional da sociedade, como também pelas diferentes oportunidades de geração de renda dentro de uma mesma classe. A maior participação de profissionais e empregadores nos municípios não agrícolas, por exemplo, está associada ao maior estágio de desenvolvimento socioeconômico desses municípios, que também influencia a maior participação relativa de classificados economicamente.

Distribuição territorial

- 26 A Figura 2 ilustra a distribuição territorial dos 5.507 municípios brasileiros segundo grupos de desenvolvimento socioeconômico. De maneira geral, constante-se a concentração de municípios mais desenvolvidos, sobretudo, no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, sudoeste de Minas Gerais e em partes da região Centro-Oeste, seguindo um aparente prolongamento do desenvolvimento observado no oeste paulista. Os municípios agrícolas menos desenvolvidos, por sua vez, concentram-se na região da floresta Amazônica, no Sertão nordestino e na parte centro-oeste da região Sul, na área da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

Figura 2 – Distribuição territorial dos municípios brasileiros segundo grupos de desenvolvimento socioeconômico

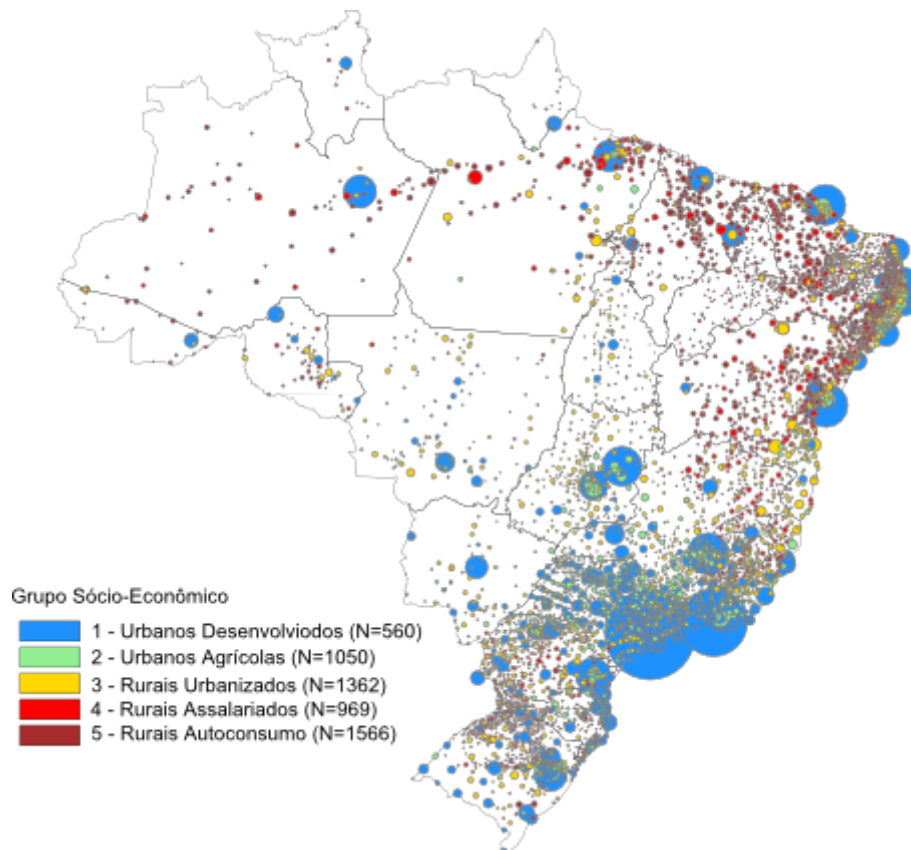


Elaborado com Philcarto (<http://philgeo.club.fr>). Edição de imagem no InkScape. Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

- 27 Uma das limitações dos mapas coropléticos é que áreas mais largas tendem a dominar o visual, o que pode gerar distorções na análise da distribuição espacial. Por exemplo, embora as áreas urbanas mais desenvolvidas concentrem boa parte da

população, especialmente próximas aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as áreas rurais costumam ser maiores e tendem a dominar a aparência do mapa coroplético, dando a falsa impressão de que as características da população rural predominam na população. Na verdade, elas predominam no espaço, mas não na população. Para complementar a análise, a Figura 3 apresenta a distribuição dos grupos de desenvolvimento socioeconômico representada por círculos proporcionais à população de cada município.

Figura 3 – Distribuição da população dos municípios brasileiros segundo grupos de desenvolvimento socioeconômico



Elaborado com Philcarto (<http://philgeo.club.fr>). Edição de imagem no InkScape. Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

- 28 É na Região Norte, sobretudo no estado do Amazonas, que se observa a maior mancha vermelha escura do mapa coroplético, representando os municípios rurais menos desenvolvidos, onde prevalece o trabalho não remunerado de autoconsumo. São comunidades ribeirinhas com precárias condições de desenvolvimento socioeconômico, onde o extrativismo ainda se mantém como a principal fonte de subsistência. O predomínio de áreas pouco povoadas de atividades de autoconsumo, além das precárias condições de trabalho agrícola, contrasta com alguns pontos isolados de desenvolvimento municipal e concentração populacional. No coração da floresta amazônica, por exemplo, isolada em meio à pobreza das populações ribeirinhas, está Manaus, o maior pólo industrial da região e o único município classificado como tipicamente urbano no estado do Amazonas. Os subsídios oferecidos à Zona Franca impulsionam as indústrias de Manaus, que respondem por 65% de todos os impostos recolhidos pelo governo federal na região⁶.
- 29 O extrativismo mineral é outra importante fonte de riqueza na região. O município paraense de Paraupabas, por exemplo, que sobrevive da riqueza movimentada pela companhia Vale do Rio Doce na Serra de Carajás, apresenta uma estrutura característica de urbano desenvolvido. A presença da companhia na região movimenta o comércio, pousadas, pequenos hotéis e aumenta a geração de renda e impostos, dinamizando sua estrutura ocupacional.
- 30 O avanço do agronegócio no cerrado e na borda sul da floresta amazônica, nos últimos anos, é o responsável pelas principais transformações na estrutura ocupacional de municípios dos estados de Rondônia, Tocantins e Pará. Atraídos pelo baixo preço da

terra e pela elevada produtividade, com sementes desenvolvidas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) especialmente para as peculiares condições equatoriais, agricultores enriquecem na região plantando milho, arroz e principalmente soja. Provocam, por outro lado, a devastação descontrolada e criminosa da floresta, ameaçando uma das mais ricas biodiversidades do planeta.

31 No Nordeste, as três zonas climáticas bem definidas (Zona da Mata, Agreste e Sertão) exerceram um papel muito claro na constituição da estrutura ocupacional dos municípios. A Zona da Mata, que se estende pela faixa litorânea atlântica nordestina, concentra as forças produtivas mais desenvolvidas da região devido à herança da base econômica formada na produção de açúcar e algodão para o mercado externo, além de possuir uma forte estrutura turística em muitas de suas belas praias. Na área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão semi-árido, está o Agreste, formado historicamente como uma espécie apêndice econômico da Zona da Mata, produzindo alimentos para essa área mais desenvolvida da região. Já a extensa área do Sertão nordestino é a mais isolada geográfica, econômica, e culturalmente. As irregulares ocorrências de chuva nessa região provocam secas cíclicas ou periódicas, castigando a população que sobrevive da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e de baixa produtividade. Aos condicionantes climáticos aliam-se problemas de origem estrutural, como a concentração de terras nas mãos dos coronéis latifundiários, o isolamento geográfico e o atraso social de sua população (Thery & Mello, 2003).

32 Mesmo com as ações tomadas nas últimas décadas para redução da concentração regional - como a migração da agroindústria ao Centro-Oeste e Norte do país, bem como o deslocamento de parte da indústria de transformação para as Regiões Sul e Nordeste - o Sudeste, em particular o estado de São Paulo, ainda se mantém na liderança da geração de riqueza nacional. Mais da metade da riqueza do país continua sendo produzida na região, sendo que só o estado de São Paulo responde por 32% de todo o PIB (Produto Interno Bruto) nacional⁷. O processamento dos produtos agrícolas com maior valor agregado, como o açúcar refinado e o suco de laranja, continua sendo feito na região, que também tem se constituído em um centro de referência internacional na prestação de serviços de ponta nas áreas de saúde, educação, tecnologia e informática.

33 Os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro concentram os municípios urbanos mais desenvolvidos. No estado do Rio de Janeiro, há uma forte estrutura voltada para o turismo e para a indústria do petróleo. A capital fluminense possui uma ampla rede hoteleira, é sede de alguns dos principais órgãos federais. Além da cidade do Rio de Janeiro, três outros municípios do estado figuram entre os 15 maiores PIBs municipais brasileiros: Campos dos Goytacazes (6º maior PIB), Duque de Caxias (9º maior PIB) e Macaé (12º lugar), todos com economias associadas à indústria petrolífera e estruturas tipicamente urbanas desenvolvidas. Mas o aumento da arrecadação de impostos e as novas oportunidades de emprego geradas pela indústria do petróleo não se refletem plenamente na inclusão de suas populações. Campos dos Goytacazes e Duque de Caxias, por exemplo, apresentam 64% e 54%, respectivamente, de subclassificados em suas estruturas ocupacionais.

34 Em São Paulo, o crescimento dinâmico e integrado dos setores cafeeiro, agrícola, rodoviário, industrial, comercial e financeiro conferiram ao estado, já antes da grande crise de 1929, posição privilegiada no desenvolvimento econômico nacional, que se mantém até os dias atuais (Cano, 1998b, p. 243). Ao contrário das demais regiões, São Paulo desenvolveu um compartimento industrial eficientemente estruturado e com alta produtividade, o que lhe garantiu competitividade nacional e internacional.

35 A distribuição espacial dos municípios paulistas indica ainda um eixo integrado de desenvolvimento em direção ao noroeste do estado. As raízes dessa configuração territorial paulista podem ser encontradas entre os principais determinantes do Cano (1998a, p. 325) chama de processo de *desconcentração industrial Grande São Paulo-Interior*: i) políticas de descentralização do governo estadual, entre as quais o investimento em rodovias e centros de pesquisa como a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UNESP (Universidade Estadual Paulista) e unidades da USP (Universidade de São Paulo) no interior; ii) políticas de atração municipal, como isenções fiscais e construção de distritos industriais; iii) custos excessivos da

concentração na Grande São Paulo, como aumento dos custos de controle da poluição, segurança e a consolidação de sindicatos organizados no Grande ABCD; iv) investimentos federais no interior, dos quais podem-se destacar as refinarias da Petrobrás em Paulínia e Cubatão, os centros de pesquisa da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”) e UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos).

36 A desconcentração industrial Grande São Paulo–Interior não tirou, porém, a hegemonia econômica da capital paulista, que passou a gerenciar boa parte da riqueza gerada no país. A presença da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) na mais populosa cidade brasileira são fortes justificativas para São Paulo ser a sede de praticamente todas as instituições financeiras do país. A cidade também possui uma sofisticada rede prestadora de serviços e uma estrutura ocupacional com 71% da população ocupada nos estratos superior, médio e baixo.

37 Já os estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentam padrões espaciais mais semelhantes aos estados vizinhos da Região Nordeste. Em Minas Gerais os municípios urbanos mais desenvolvidos aparecem com maior frequência na zona do Triângulo Mineiro e na região metropolitana de Belo Horizonte. Na parte norte desse estado, onde o clima, cultura e o desenvolvimento social lembram muito o interior nordestino, concentra-se a massa de miseráveis de Minas Gerais, com uma clara prevalência de municípios dos 3 últimos grupos de desenvolvimento socioeconômico.

38 Colonizada, sobretudo, na base da pequena e média propriedade agrícola, a Região Sul apresentava, em 2000, uma configuração espacial bem heterogênea. Na parte centro-oeste da região, próximo à fronteira com a Argentina e o Paraguai, concentram-se os municípios agrícolas menos desenvolvidos. Compreende justamente a área da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que abrange o norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. É historicamente uma região com grau de urbanização relativamente baixo, onde predominam a pequena propriedade rural⁸ e precárias condições de moradia para uma parcela significativa da população.

39 No extremo meridional do Rio Grande do Sul, na mesorregião da Metade Sul, prevalecem municípios com uma estrutura ocupacional tipicamente prestadora de serviços e um número relativamente elevado de miseráveis para os grupos de desenvolvimento aos quais pertencem. A classificação urbana desenvolvida de muitos desses municípios pode parecer um contraste em uma região historicamente caracterizada por extensas áreas de pecuária e produção de arroz, além de baixo desenvolvimento social⁹, mas se justifica pela distribuição da população ocupada entre as classes ocupacionais¹⁰. Dois municípios dessa área refletem bem a estrutura ocupacional desse extremo meridional: Bagé, com 120 mil habitantes, e Santana do Livramento, com 90 mil. Ambos possuem 38% de profissionais em suas estruturas ocupacionais e uma economia que gira, sobretudo, em função da prestação de serviços¹¹, o que os caracteriza como municípios urbanos desenvolvidos. Em contrapartida, apresentam, respectivamente, 63% e 67% de subclassificados na estrutura ocupacional, enquanto que a média dos municípios urbanos desenvolvidos brasileiros é de 47% e a média do estado do Rio Grande do Sul é de 58%.

40 Os principais centros de desenvolvimento da região Sul estão localizados no pólo automobilístico na região metropolitana de Porto Alegre e Curitiba, no parque industrial de Joinville e Blumenau, no pólo turístico e do vinho das Serras Gaúchas e no pólo calçadista no Vale dos Sinos, na região de Novo Hamburgo. São próximos a esses municípios que se concentram as áreas mais desenvolvidas e as menores taxas de ocupados excluídos do país. A percentagem da população ocupada no estrato ínfimo, por exemplo, é de apenas 7% em Blumenau, 11% em Bento Gonçalves, 10% em Joinville e Curitiba, 11% em Porto Alegre e de 13% em Novo Hamburgo.

41 A região Centro-Oeste começou a se configurar como uma das principais produtoras agropecuárias brasileiras a partir da inauguração de Brasília em 1960 e na década de 70, com o êxodo de inúmeros minifundiários empobrecidos da Região Sul atraídos por facilidades como concessão de terras e financiamentos oficiais. Sustentado pela riqueza proporcionada pelo agro-negócio, o Centro-Oeste já começa a alavancar uma segunda onda de expansão da economia, baseada na industrialização, na inovação tecnológica e na prestação de serviços.

- 42 Os principais pólos de desenvolvimento dessa região estão associados à indústria agropecuária. É o caso, por exemplo, do município de Rio Verde e suas adjacências no estado de Goiás. A prosperidade trazida pela soja atraiu investidores gaúchos e paulistas a Rio Verde, que hoje é não só um dos maiores produtores de soja do estado¹², como também abriga um dos pólos produtivos mais modernos do país, com centenas de empresas gravitando em torno da processadora de alimentos da Perdigão.
- 43 A prosperidade alcançada pelo agronegócio também alavancou a estrutura ocupacional de municípios na região central de Mato Grosso, como Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. O município de Primavera do Leste, por exemplo, emancipado de Poxoréu em 1986, já se classificava em 2000 na mais desenvolvida tipologia urbana, com 30% de profissionais, 51% de trabalhadores não agrícolas e apenas 18% de ocupados no estrato ínfimo. Mas todo esse crescimento vertiginoso das últimas décadas também trouxe a ira dos ambientalistas, que atribuem ao estado do Mato Grosso a maior responsabilidade pelo desmatamento da floresta amazônica nos últimos anos.

Considerações finais

- 44 A configuração do espaço nacional a partir das estruturas ocupacionais municipais é um importante instrumento para análise das disparidades territoriais, contribuindo para determinar o estágio de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. De maneira geral, os resultados confirmam uma imagem do Brasil já obtida por outros autores a partir de outros indicadores (Thery & Mello, 2003), o que ressalta a importância da divisão social do trabalho na formação da estrutura das sociedades capitalistas modernas e na configuração do território.
- 45 O problema da escala geográfica exige, entretanto, alguns cuidados especiais e impõe importantes limitações e desafios à análise. Mesmo municípios com elevados padrões sociais podem apresentar significativos bolsões de miséria em sua área intra-urbana, sendo que a análise espacial apenas apresentará os valores médios da população. Outro problema frequente em análises de mapas coropléticos é que áreas maiores tendem a dominar o visual da imagem, provocando possíveis distorções na identificação de padrões espaciais. O importante é destacar que os padrões identificados pelos mapas se referem ao predomínio de áreas e não de população.
- 46 A grande maioria dos municípios brasileiros apresenta um baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico, com predomínio das atividades agrícolas e uma massa expressiva de trabalhadores mal remunerados. Os poucos municípios urbanos desenvolvidos concentram a maior parte da população brasileira e, embora apresentem uma maior participação relativa de ocupados nos estratos econômicos mais elevados, acabam concentrando grande parte dos subclassificados do país. Para se ter uma idéia, identificaram-se apenas 560 municípios urbanos desenvolvidos no Brasil, os quais concentravam 55% da população total brasileira e 18 milhões dos 40 milhões de ocupados subclassificados economicamente em 2000.
- 47 A área mais contígua de municípios mais desenvolvidos ocorre próxima aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e sudoeste de Minas Gerais. Aparecem também importantes bolsões de desenvolvimento socioeconômico próximo ao litoral brasileiro, como na região metropolitana de Porto Alegre e nos pólos industriais de Blumenau e Joinville. Os municípios rurais menos desenvolvidos, por sua vez, predominam nas áreas do Sertão nordestino, floresta amazônica e na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.
- 48 A redução da dimensionalidade das complexas diferenças municipais em algumas tipologias sociais acaba, indubitavelmente, provocando uma importante perda de informação. Municípios com participações relativamente semelhantes entre as classes ocupacionais e estratos econômicos podem ainda apresentar significativas diferenças sócio-econômicas, seja, por exemplo, devido à composição internas dessas classes ou ao próprio dinamismo de suas atividades econômicas. Nesse sentido, embora os municípios rurais apresentem, por exemplo, condições sócio-econômicas

consideravelmente inferiores aos municípios urbanos, é possível conciliar desenvolvimento social da população com uma estrutura predominantemente agrícola. O atraso relativo dos municípios rurais brasileiros deve-se, em grande parte, a questões históricas, como a herança da forma de colonização, e não necessariamente a especificidades das atividades agrícolas. Muitos municípios rurais da Região Sul apresentam indicadores socioeconômicos invejáveis aos centros urbanos mais desenvolvidos do país, enquanto que nos municípios rurais do Nordeste, onde há 500 anos prevalece o latifúndio e a exclusão social de boa parcela da população, perpetuam-se as piores condições sócio-econômicas do país.

Bibliographie

CANO W., *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995*, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1998a.

CANO W., *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1998b.

CRIVISQUI E., *Presentación de los métodos de clasificación*, Programa Presta, ULB, 1999.

GORI MAIA A., “Tipologia municipal de classes sócio-ocupacionais: uma nova dimensão para análise das desigualdades territoriais no Brasil”, In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, Rio Branco. Anais... Rio Branco, SOBER, 2008.

KAGEYAMA A., “Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul”, In Colóquio gricultura Familiar e Desenvolvimento Rural do GEPAD, 1., Porto Alegre. 2005. No prelo.

MILLS W., *A nova classe média*, Tradução de Vera Borda, 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

QUADROS W.J., *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*, Tese (Livre-Docência) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SEADE, Índice Paulista de Responsabilidade Social – continuidade e desdobramentos,. São Paulo, 2003.

THÉRY H., MELLO N. A., *Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território*, Edusp, 2003.

Notes

1 Agradecimentos especiais às fundamentais contribuições dos professores Waldir José de Quadros e Hervé Théry.

2 Valores em reais de janeiro de 2005 e pouco superior ao salário mínimo vigente na época (260 reais).

3 Na análise de *cluster*, utilizou-se a metodologia de Ward, a qual busca criar grupos hierárquicos de tal forma que as variâncias dentro dos grupos sejam mínimas e as variâncias entre os grupos formados sejam máximas (Crivisqui, 1999).

4 A classe ocupacional ignorada foi excluída do corpo da tabela mas considerada no total absoluto

5 Por exemplo, o contingente de subclassificados do grupo mais desenvolvido desenvolvidos (urbanos desenvolvidos) é de 17,8 milhões de pessoas (45% dos 40 milhões de subclassificados do país), que representa 47% da população deste grupo, enquanto que o contingente de subclassificados da tipologia menos desenvolvida (rurais autoconsumo) é de apenas 6,5 milhões de pessoas (16% do total de subclassificados do país), mas que representa 85% de sua população.

6 Fonte: Ricardo Galuppo, Reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo (Novo Mapa do Brasil), 2 de outubro de 2005.

7 O PIB da Região Sudeste corresponde a 56% do PIB nacional (Fonte: PIB Municipal 2003, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

8 A economia é baseada na agroindústria e na agropecuária, com a produção de grãos, suínos, aves, gado de corte e leite, frutas, erva-mate e fumo (Fonte: Portal da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, disponível em <<http://www.mesorregiao-gfm.org.br/caracterizacao.html>>. Acessado em: jan. 2006)

9 Kageyama (2005).

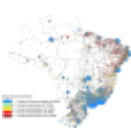
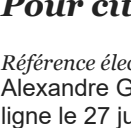
10 Fenômeno semelhante se observa na região centro-oeste, onde, embora a agropecuária ocupe boa parte do espaço, ocupa pouca mão-de-obra e não prevalece na estrutura social.

11 Em 2003, o valor agregado total movimentado pelos serviços no município de Bagé correspondia a 48% do total e, em Santana do Livramento, a 47% (Fonte: PIB Municipal 2003,

disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

12 Rio Verde possui o maior PIB agropecuário do Estado de Goiás (6% do total) e o terceiro maior PIB goiano (5% do total) (Fonte: PIB municipal 2003, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

Table des illustrations

	Titre	Figura 1-6 – Distribuição territorial dos municípios brasileiros segundo participação nos grupos ocupacionais e econômicos
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-1.png
	Fichier	image/png, 185k
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-2.png
	Fichier	image/png, 186k
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-3.png
	Fichier	image/png, 184k
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-4.png
	Fichier	image/png, 187k
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-5.png
	Fichier	image/png, 174k
	Crédits	Elaborado com Philcarto (http://philgeo.club.fr). Edição de imagem no InkScape. Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-6.png
	Fichier	image/png, 171k
	Titre	Tabela 3 – Distribuição da população ocupada segundo grupo municipal de desenvolvimento socioeconômico4 – Brasil 2000
	Crédits	Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-7.png
	Fichier	image/png, 26k
	Titre	Figura 2 – Distribuição territorial dos municípios brasileiros segundo grupos de desenvolvimento socioeconômico
	Crédits	Elaborado com Philcarto (http://philgeo.club.fr). Edição de imagem no InkScape. Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-8.png
	Fichier	image/png, 174k
	Titre	Figura 3 – Distribuição da população dos municípios brasileiros segundo grupos de desenvolvimento socioeconômico
	Crédits	Elaborado com Philcarto (http://philgeo.club.fr). Edição de imagem no InkScape. Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/5950/img-9.png
	Fichier	image/png, 150k

Pour citer cet article

Référence électronique

Alexandre Gori Maia, « Geografia do trabalho no Brasil », *Confins* [En ligne], 6 | 2009, mis en ligne le 27 juin 2009, consulté le 28 octobre 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/5950> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.5950>

Auteur

Alexandre Gori Maia

Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP. Bolsista de pós-doutorado da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. gori@eco.unicamp.br

Articles du même auteur

Eventos extremos de precipitação : identificação e análise da bacia hidrográfica do Rio Jundiaí, São Paulo [Texte intégral]

Paru dans *Confins*, 37 | 2018

O novo mapa da população rural brasileira [Texte intégral]

Paru dans *Confins*, 25 | 2015

Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil [Texte intégral]

Paru dans *Confins*, 13 | 2011

Droits d'auteur



Confins – Revue franco-brésilienne de géographie est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International.